

# PLURIATIVIDADE E AGRICULTURA DE TEMPO PARCIAL NO NORTE/NORDESTE DA ITÁLIA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

João Carlos Tedesco<sup>1</sup>

## RESUMO

*O texto aborda alguns dos processos da pluriatividade no meio rural da região norte/nordeste da Itália, dando prioridade para questões históricas, culturais e sociais do camponês dessa região, bem como de sua participação na constituição e desenvolvimento de um modelo industrial característico dessa região e sob as novas exigências de mercado da Unidade Europeia.*

*Palavras-chave: pluriatividade, modelo italiano, unidades familiares, industrialização.*

## INTRODUÇÃO

Discute-se muito no Brasil e na Europa, e atualmente também na Ásia, principalmente com a questão da terceirização e da flexibilização do trabalho e da produção na última região, sobre a questão da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial.

O debate, nos anos 60 e 70, girava em torno da inevitável proletarianização dos camponeses; centravam-se discussões em torno dos mecanismos de expulsão de mão-de-obra do meio rural e sobre a relação entre agricultura e o mercado de trabalho. Porém, como o processo não foi tão evidente, buscaram-se noções como reprodução simples e ampliada para entender a sobrevivência de unidades camponesas. As análises tendiam a entender a reprodução da produção agrícola em razão das características da própria unidade camponesa, seus aspectos internos, sua microeconomia. As discussões do período viam, geralmente, nas unidades *part-time* a manifestação do processo de proletarianização do qual estaria exposta a unidade camponesa, como característica de pobreza e marginalidade, de incapacidade de absorver o trabalho familiar, o qual se veria obrigado a encontrar externamente.

---

<sup>1</sup> Professor da UPF.

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 11	n. 21	p. 99-127	novembro 2003
---------------------	-------------	-------	-------	-----------	---------------

Esse processo analítico e constitutivo de relação sociais, econômicas e culturais no meio rural possui correlações estreitas com horizontes internos das unidades camponesas e com aspectos macro da organização social, do trabalho, da produção industrial, das novas concepções em torno da natureza, do uso da tecnologia, dos novos formatos em nível mundial da cultura familiar, dentre outros.

Tanto a pluriatividade quanto a agricultura de tempo parcial, em suas formas multidimensionais e específicas, manifestam novos formatos organizacionais que o meio rural e suas relações, em nível mundial, apresentam. Especificidades constituem-se, porém pressupostos amplos, para não dizer genéricos, também são passíveis de se perceber em horizontes variados em termos de história, sujeitos sociais e estratos produtivos camponeses e dos capitais com esses envolvidos e integrados.

No nosso caso, trazemos alguns dos inúmeros aspectos que constituem essa realidade no caso, também, multivariado, italiano, ou, mais precisamente, nos espaços norte e nordeste do país. Trazemos algumas impressões de um período de convivência e de presença nesses espaços por um período curto de sete meses (janeiro a julho de 2003) em contatos aleatórios com brasileiros que trabalhavam no meio rural das províncias de Verona, Veneza, Mantova e Brescia. O texto mais amplo está em elaboração, no qual faremos considerações comparando alguns aspectos da realidade dessa região com uma pequena região da Encosta Superior do Nordeste no Rio Grande do Sul, espaço de colonização italiana, na sua maioria vêneta, de grande presença da agricultura familiar e de ações pluriativas e de tempo parcial no meio rural/agrícola.

Avançaremos em alguns tópicos com referenciais bibliográficos sobre o tema, principalmente dos anos 70 e 80, período de grandes e volumosas análises sobre a chamada pluriatividade e/ou agricultura em tempo parcial na Itália e na Europa como um todo.

Não faremos grandes discussões sobre as polêmicas conceituais que as noções de pluriatividade e de agricultura em tempo parcial já produziram no Brasil e, mesmo, na Europa, principalmente na França e na Itália. Isso já está muito bem trabalhado, malgrado ainda se levantarem dúvidas e permitam-se considerações teóricas e empíricas polêmicas.

No fundo, o que queremos aqui é, de uma forma simples, pontuar alguns elementos que identificam uma região muito rica da Itália, justamente pela presença de uma estrutura industrial modelar – o chamado *modelo italiano* de industrialização-, bem como de um espaço referencial, também, de desenvolvimento agrícola, ou seja, é uma região que conseguiu agregar atividades industriais, de serviços e de comércio com uma agricultura expoente, diversificada, moderna e com poucas pessoas nas unidades familiares.

Desse cenário, de uma forma sintética, queremos contribuir com algumas informações.

## 1 FAMÍLIA CAMPONESA E INDÚSTRIA DIFUSA: NOVAS DINÂMICAS A PARTIR DOS ANOS 50

No norte e nordeste da Itália, grande parte das famílias camponesas, tanto as da montanha quanto as dos vales e planícies, desde sempre, teve alguma ligação com a produção têxtil, a metalurgia, a fabricação de móveis, lã, seda, algodão, madeira etc., em geral, para o consumo interno. Porém, segundo a literatura que revisamos, essas atividades eram subordinadas ao trabalho agrícola, ao tempo parcial ou tempo livre, de ser freqüentemente feito no espaço da casa, além de ser perfeitamente compatível com o ciclo agrícola e a integridade da família.<sup>2</sup>

No Vêneto e, em parte, na Lombardia, na pós-metade dos anos 40, surgiram pequenas empresas provindas do artesanato e de um saber adquirido durante a Segunda Guerra por muitos homens que dela haviam participado, tanto na Itália quanto fora dela, como era o caso dos ramos mecânicos, produção de máquinas, auto-reparação, refrigeração, têxtil, moveleira, construção, cerâmica, calçadista, dentre outras.

Esse processo caracterizou o início do modelo vênето de desenvolvimento, ou seja, pequenas empresas, motivadas por redes de financiamento bancário regional, articuladas entre a organização artesanal, industrial, comercial e agrícola (grandes proprietários empreendedores comerciais e industriais) e agrário (oferta abundante de trabalhadores das unidades familiares).<sup>3</sup>

Tal modelo se constituiu num período de reerguimento econômico da Itália e da Europa como um todo, de grande participação pública no processo e no projeto de desenvolvimento econômico para suprir os anos de guerra e de perdas econômicas, de pessoas e da auto-estima de muitos países, da redefinição da agricultura via produção moderna, de reforma agrária, intersectorização, aumento da produtividade, bem como da abertura e possibilidade de trabalho extra-agrícola na meio rural.

No pós-Segunda Guerra, muitos agricultores começaram experimentar a produção de fábrica e a relativa disciplina do trabalho industrial. Empresas começaram a se localizar próximas aos camponeses com o objetivo de utilizar a força de trabalho rural, que era muito ampla, porém, em termos de organização política e de trabalho, muito aquém do operariado urbano -, alguns chegam a falar de uma população dócil.

<sup>2</sup> CORNER, P. *Dall'agricoltura all'industria*. Milano: Unicopli, 1992.

<sup>3</sup> FABRIS, G. *Il "modelo veneto" nelle campagne padovane (1900-1980)*. Breve inchiesta sulla sua genesi e sviluppo. Padova: Federazione Italiana Volontari della Libertà di Padova, 1982.

Malgrado a reforma agrária que aconteceu durante os anos 50, a terra continuou a ser reduzida em relação ao número de filhos. Autores relatam que havia uma grande desocupação agrícola em grande parte do ano (principalmente nos meses inverniais), o que complicava o equilíbrio entre produção e consumo. Ao final do ciclo agrícola, somente alguns dos componentes da família podiam ser considerados produtores por inteiro, porém todos eram consumidores.

*A pobreza camponesa, o excesso de população em relação à necessidade da agricultura foram os fatores que induziram os empreendedores a investir nas regiões de colina e a deixar a cidade. A campanha constituía um enorme reservatório de mão-de-obra, formada de gente desesperada em busca de serviço e que era pronta e empenhar-se por grande parte do ano. Em geral, tratava-se de pessoas despolitizadas, católicas por orientação e relações, individualistas no campo das relações sociais.<sup>4</sup>*

No início da relação entre camponeses e a indústria difusa, a possibilidade de ganhos fora da agricultura representou a chave da sobrevivência sobre a terra e da reprodução da família. Encontrar trabalho na atividade industrial e de prestação de serviços de setores secundários era a única alternativa para a sobrevivência de grande contingente de camponeses, de famílias que continuaram por algumas décadas ainda com grandes proles.

Nesse primeiro momento, ainda pelo início dos anos 50, houve um surto industrializante no norte e nordeste da Itália, promovido por políticas públicas, por uma certa poupança formada internamente por alguns expoentes de diversos ramos de atividades, por pequenos empreendedores rurais. O modelo italiano<sup>5</sup> começou a se constituir e a performance da industrialização difusa ocasionava uma profunda transformação na família camponesa.

<sup>4</sup> Idem, p. 82.

<sup>5</sup> O chamado "modelo italiano" surgiu a partir da década de 1970 no centro-norte e foi definido como *Terceira Itália* por diferenciar-se do modelo de grandes empresas com sua produção em massa, bem como do estilo artesanal de outras regiões do país. De uma forma sintética, suas características básicas são: estrutura de pequenas empresas industriais e comerciais em espaços de tradição artesanal, trabalho flexível, alta capacidade de inovação, desconcentração produtiva e atomização da produção, uso dos recursos do trabalho flexível, contratos temporários, jornadas em tempo parcial, correlação entre trabalhadores agrícolas e urbanos, assim como entre agricultores e industriais, evasão de encargos sociais, estruturas industriais horizontalizadas baseadas em pequenas empresas articuladas na forma autocêntrica e muito dinâmicas, dentre outras. Só para ter uma idéia desse dinamismo, entre 1972 e 1980, as firmas com entre vinte e cem empregados aumentaram sua participação na produção nacional de 31% para 38%. Esse modelo fez crescer a indústria na região, a renda *per capita*, que, em 1990, era a mais elevada da Itália, de 8,1 mil dólares, enquanto a média nacional ficava em 6,5 mil. Ver GAROFOLI, G. O exemplo italiano. *Ensaio FEE*, Porto Alegre: FEE, v. 14, p. 49-75, 1993; BAGNASCO, A. *Tre Italie: la problemática territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.

Esse processo esteve, e está, muito mais presente nas planícies vênetas e refletiu-se sobre as técnicas produtivas utilizadas, sobre os processos de acumulação, sobre a produtividade do trabalho e sobre a unidade familiar, que começou a se diferenciar em termos de atividades e de remunerações; o trabalho externo (pluriativo) de mulheres começou, pelos anos 60, a promover alterações nas dinâmicas conjugais em termos de número de filhos, de tempos reduzidos para seu envolvimento; as migrações de pessoas na unidade familiar levaram a que a agricultura fosse reduzida em termos de envolvimento e, com auxílio público, grande parte das unidades de exploração agrícola entrou maciçamente no processo modernizante e técnico de produção, justificando a redução do número de pessoas em suas atividades.<sup>6</sup>

A partir dos anos 60, a industrialização difusa processou-se em áreas e em atividades nas quais as matrizes industriais são especializadas e caracterizadas pela alta intensidade de força de trabalho, tecnologicamente maduras e preparadas para a aleatoriedade da demanda.<sup>7</sup> Essa industrialização difusa do norte/nordeste da Itália articula uma espécie de um *continuum* urbano/rural, assim como uma correlação entre fábrica e residência, permitindo, com isso, a possibilidade de alocação de força de trabalho tanto pela facilidade de mobilidade física dos indivíduos no espaço quanto pela proximidade com o referencial industrial.

A flexibilidade do sistema produtivo que a industrialização difusa provoca, bem como o cenário de elasticidade tempo e espaço da oferta de força de trabalho, aliada à alta demanda e oferta por processos terceirizantes, níveis de qualificação e oscilação de trabalhos, faz com se produzam alterações significativas em termos de ocupação, concentrações físicas e temporais de atividades e de trabalhadores, provocando, inclusive, esvaziamentos e atrações de mão-de-obra em períodos alternados, desocupações em alguns momentos, altas demandas por trabalhadores, em outros.<sup>8</sup>

Nesse sentido, a família camponesa possui possibilidades flexíveis e pode solucionar momentos oscilantes do processo industrial, principalmente o terceirizado, no interior da própria unidade agrícola. Esse processo é mais difícil para os migrantes de espaços urbanos ou de outras regiões, os quais, em alguns momentos, acabam encontrando soluções nas próprias atividades sazonais e de pico no interior na unidade agrícola como trabalhadores contratados.<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> FABRIS, op., cit.

<sup>7</sup> BEGNASCO, 1977, op., cit..

<sup>8</sup> GAROFALDI, op., cit.

<sup>9</sup> CARBONE, A. Trasformazioni strutturali e pluriattività nell'agricoltura italiana: nuovi spunti di ricerca. *La Questione Agrária*, n. 42, 1991.

É, nesse sentido que a família camponesa, em geral, recorre ao trabalho assalariado, porque não possui em seu interior a possibilidade de fazer frente aos picos sazonais; ao mesmo tempo, indica que existe certo equilíbrio entre a presença de trabalhadores ativos e as necessidades da unidade. Por isso, a escolha do tempo integral na unidade agrícola vai depender do número de filhos e da possibilidade de ganhos superiores em outras atividades.

É bom que se diga que a noção de pluriatividade não pode servir de categoria genérica para cobrir todos os processos dinâmicos e pludimensionais nas unidades familiares, porém serve para entender processos internos e externos às unidades, tais como flexibilidade da família e das unidades agrícolas.<sup>10</sup>

Na história da pluriatividade das regiões descritas, o trabalho externo era, em geral, coisa dos homens, os quais, não havendo trabalho extra-agrícola na região, viajavam, sazonalmente, para a França, Suíça e Alemanha. Porém, com a indústria, de vários ramos, em sua performance difusa pelo meio rural, quase 90% dos trabalhadores constituíam-se de mão-de-obra feminina e grande parte dos homens permanecia nos campos. O ganho suplementar da família acabava, então, de vir do setor industrial em outras regiões e em outros países, não mais da agricultura.

Segundo Corner, as atividades nas indústrias eram precárias e difíceis para os camponeses: “Ninguém teria aceitado trabalhar nas indústrias se não fosse a absoluta necessidade”.<sup>11</sup> Trabalhos de menores, o fato de não ter com quem deixar os meninos, doenças, muitas mulheres trabalhavam até o momento do parto e, em determinadas circunstâncias, necessitavam levar as crianças à fábrica, trouxeram como conseqüência o aumento do tempo de idade matrimonial das mulheres, pois, com o casamento, diminuía o tempo dedicado à fábrica. As mulheres retardavam o tempo de se tornarem mães para poderem continuar a trabalhar. Segundo o autor, os primeiros camponeses-operários do modelo de industrialização difusa foram as mulheres e as crianças-meninas.<sup>12</sup>

Não obstante a possibilidade de trabalho não agrícola no rural, muitos camponeses eram obrigados a emigrar. O baixo nível salarial, a impossibilidade de comprar terra, a baixa remuneração na atividade industrial, a impossibilidade de homem e mulher, juntos, conseguirem emprego nas atividades fabris no meio rural etc., abriam mar-

<sup>10</sup> Ver análises nesse sentido em BARBERIS, C. *Gli operai contadini*. Il Mulino, Bologna, 1970; CAVAZZANI, A. *Il part-time agricola*. Marsilio, Venezia, 1979; CORSI, A. La famiglia-azienda, il contesto economico ed i fattori determinanti del part-time. *Rivista di Economia Agraria*, 2, 1991. INSOR. *L'agricoltura italiana tra professionalità e part-time*. Milano: Franco Angeli, 1987; PIERONI, O. *Agricoltura a tempo parziale*. Bologna: Mulino, 1979.

<sup>11</sup> CORNER, Op., cit., p. 83.

<sup>12</sup> Idem.

gem para a migração para cidades grandes, como Milão, e/ou para emigração para outro continente (Austrália, Estados Unidos, Argentina...).

Autores relatam que o sistema de família camponesa não se desestruturou por completo com a ida de mulheres e filhas para as fábricas: “A hierarquia familiar permaneceu pouco alterada em razão da diversificação das atividades. Poderia acontecer, sim, que as mulheres se politizassem na fábrica e tentassem se organizar sobre uma base coletiva, porém recebiam pouco ou nenhum auxílio, nesse sentido, dos homens”.<sup>13</sup> Acredita-se que, até o final dos anos 50, o sistema de família continuou, em grande parte, intocável.

Porém, quando a integração das receitas familiares, mediante ganhos extra-agrícolas, tornou-se a principal defesa para fazer frente às demandas familiares, da casa e da terra, e, também, um meio para defender a família, adentraram com mais força a racionalidade do dinheiro e as alterações sociais e culturais do meio mais amplo, bem como da cultura da fábrica no seio familiar.<sup>14</sup>

Novos processos, novos horizontes passaram a se desenhar na unidade camponesa pós-anos 60. A partir dessa década, com a forte entrada do modelo difuso e de pequena empresa no meio rural, a inserção do trabalho remunerado feminino na família foi intensa e criou concorrência de trabalho entre cidadãos e camponeses. Estes últimos eram priorizados, pois não havia a necessidade da indústria de ter uma mão-de-obra especializada, o que favorecia os camponeses; a transformação tecnológica foi retardada e/ou se deu muito lentamente. Com isso, os salários continuaram a ser baixos. Não há dúvidas de que os camponeses foram fundamentais para a consolidação do sistema de industrialização difusa do norte e nordeste da Itália.<sup>15</sup>

A indústria e a prestação de serviços cresciam muito próximas a Milão, passando a atrair homens, em geral muitos jovens, do meio rural e os migrados de várias regiões do centro-sul do país. Nas unidades de produção agrícola, os homens começaram a reduzir significativamente seu papel na atividade agrícola, fato que, da metade dos anos 60 até os tempos atuais, é a característica da região.

O salário era mais alto na indústria no que no meio rural, fato que preocupava, em parte, os grandes proprietários de terra. Segundo Corner, é bom que se diga que a transição desse processo foi lenta, muito gradual e diferenciada de região para região e de espaços topográficos (planície e montanha).<sup>16</sup>

<sup>13</sup> BATISTA, F. O. *Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul*, 1994. Texto para discussão, p. 34.

<sup>14</sup> DE FILIPPIS, F. Il part-time nel dibattito sulla stratificazione aziendale dell'agricoltura italiana. *La Questione Agraria*, n. 18, 1985.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> CORNER, op., cit.

A partir dos anos 60 evidencia-se um processo muito grande de monetarização da vida para o camponês, principalmente aquele ligado com as atividades urbanas e suburbanas. Aluguel de terras em dinheiro, compras em dinheiro, as famílias numerosas passaram a levar vantagem em relação às outras, tendo em vista que dispunham de mais mão-de-obra para trabalhar nas fábricas no meio rural e no melhor urbano. A figura do camponês-operário passou a ser a identidade mais ampla dos trabalhadores do meio rural das regiões indicadas, principalmente dos espaços vizinhos a Milão.

A literatura do período sobre o tema é enfática ao afirmar a preocupação com a possível substituição total do trabalho agrícola pelo industrial e a possibilidade de só permanecerem idosos e inválidos na unidade agrícola. Discutia-se a possibilidade de impedir a migração total da família do campo e seu conseqüente desvinculamento com a terra e, também, evitar a ameaça de que a indústria estaria retirando a força de trabalho camponês da terra, fato que prejudicaria em muito o proprietário fundiário que empregava mão-de-obra.

O sistema todo, tanto industrial quanto rural, era baseado na pobreza camponesa. “Havia sido sugerido que essa relação entre trabalho agrícola e industrial era um sistema de sobrevivência que continha em si os germens da própria destruição. A idéia presente na época era que, à medida que começavam, seja ainda que lentamente, a beneficiar-se da pluriatividade, os camponeses perderiam interesse na continuação do trabalho agrícola”.<sup>17</sup>

Autores relatam que a receita proveniente dos setores industriais era superior àquela proveniente da agricultura. Muitas famílias ganharam uma receita significativa, conseguindo, inclusive acumular dinheiro e monetarizar as relações sociais, provocando, com isso, uma ameaça na antiga e rígida forma de organização familiar em termos de hierarquia e funcionamento da divisão de gênero no trabalho.<sup>18</sup>

Pelo fato de a receita ser proveniente, em boa parte, do trabalho feminino, Corner afirma que houve uma grande tendência de aumentar o processo de monetarização da vida camponesa, uma espécie de desejo de consumo reprimido das mulheres (esposas ou não), ou, então, necessidades do lar e da vida pessoal que não puderam ser satisfeitas em razão de limites financeiros de até então, porém que estruturavam e garantiam uma forma de organização da família, a qual não pôde mais ser assegurada.

Arrendamentos de terra, quando não abandono e/ou, em menor proporção, a venda, passaram a ser constantes nas regiões indicadas, principalmente nas próximas aos grandes centros urbanos e industriais e/ou naquelas mais vizinhas de um espaço

<sup>17</sup> Idem, p. 88.

<sup>18</sup> DE FILIPPIS, op., cit.



concentrador de atividades não agrícolas. Esse processo acarretou que mais indústrias e mais centros de setores prestadores de serviços ao próprio processo industrial se ampliassem em razão da possibilidade de aquisição de espaços para a montagem do empreendimento no meio rural.<sup>19</sup>

O desinteresse ou a reduzida importância pela terra de alguns produziu um alto interesse para outros camponeses que puderam adquirir terras e/ou ampliar sua estrutura fundiária. É bom não esquecer que essa realidade se deu em meio a uma grande política pública em nível de país de alargamento dos benefícios do Estado social também para o meio rural através de políticas de subsídio, de preços altos, de seguridade social, educação e condições de modernidade para as famílias (energia, carros, máquinas, moradia...)<sup>20</sup>

Muitos camponeses puderam adquirir um pedaço de terra para cultivar, realizando, com isso, o sonho camponês de ser proprietário, porém, para muitos, não mais em tempo integral na agricultura.<sup>21</sup>

A pluriatividade industrial atraiu os camponeses para uma agricultura de tempo parcial, pois o rendimento agrícola, em correspondência com a economia da família, demandava a necessidade de recursos externos para a sobrevivência. “O famoso equilíbrio entre consumidores e produtores podia ser mantido somente recorrendo, numa escalada crescente, ao trabalho extra-agrícola. O aluguel de terras e/ou sua aquisição só aconteceu devido a essa possibilidade. [...] Quanto maiores eram as possibilidades de trabalho em indústrias, tanto menor se tornava a importância da agricultura. Muitas famílias de camponeses-operários, eram, agora, operários-camponeses, e o novo equilíbrio entre os dois setores parecia já claramente definido”.<sup>22</sup>

O trabalho feminino era de fundamental importância nesse processo. Sobre a mulher e as moças recaía a estrutura dos proventos econômicos, fato que levou a que muitos homens passassem a compor também o número de camponeses nas fileiras das indústrias. O objetivo era acumular capital para empregar na terra; porém, no fundo, isso pouco se apresentou. O que mais aconteceu, e extremamente intensificado a partir dos anos 60, foi a permanência e a ampliação do trabalho industrial combinado com a residência no meio rural.

Além do que foi mencionado, é comum encontrar na literatura e, mesmo, em depoimentos de pessoas mais idosas entrevistadas e que vivenciaram essa situação nos

<sup>19</sup> PIERONI, O. op., cit.

<sup>20</sup> PUGLIESE, E. Stratificazione sociale e part-time. *La Questione Agraria*, 18, 1985.

<sup>21</sup> MONTRESOR, E. Mobilità Del lavoro e innovazione tecnologiche nell'azienda contadina. *La Questione Agraria*, 30, 1988.

<sup>22</sup> CORNER, op., cit., p. 91.

anos 60 o núcleo central, que, em termos culturais e de relações patriarcais da família, permaneceu pouco alterado. Grande parte das famílias resistia a abandonar definitivamente a terra; o modelo operário-camponês permitiu a possibilidade de permanência, pois era sempre possível encontrar um tempo (finais de semana, final do dia...) para as atividades agrícolas, bem como a presença de idosos e crianças/adolescentes nas famílias também favorecia, processo hoje, ainda em evidência. Não obstante a importância relativa da terra tenha tido um grande declínio e o rendimento extra-agrícola tenha adquirido, uma importância cada vez maior, emergiu também uma crescente intercambialidade de papéis entre os membros da família.<sup>23</sup>

Acredita-se que foram, no final dos anos 60 e com intensidade nos anos 70, os filhos/filhas e os genros a relacionar agricultura e indústria. Crescidos em família de base rural, essas gerações de pessoas, diversamente de seus pais, fizeram a experiência quase total do trabalho em fábrica. Em geral, eles emprestaram dinheiro aos seus pais para comprar terra e/ou pagar os aluguéis, ou, então, guardaram-no para si, produzindo, com essa última possibilidade, novos gostos e gastos, uma maior individualização no seio da família, primeiro passo para a dissolução da família múltipla.

Agricultores mais bem aparelhados e que viviam de renda (arrendamento de terras) e de comércio foram os que ampliaram a oferta de pequenas indústrias no meio rural e empregaram camponeses. “Abundante, relativamente a custo baixo, flexível e com uma crescente experiência de trabalho em áreas diversas da produção industrial, a força de trabalho fornecida das áreas rurais, tornava-se altamente apropriada às necessidades dos empreendedores locais”.<sup>24</sup>

As empresas empregavam pouco capital, utilizavam muito a mão-de-obra local, artesanato e ofícios desenvolvidos localmente eram de baixo nível tecnológico, alto emprego de camponeses, muito dependente também do ciclo agrícola, de períodos do ano e de horas do dia em razão da estrutura de vida camponesa. “A busca de oportunidade econômica, e, com essa, uma grande habilidade em organizar o tempo e o dinheiro, era o produto de um longo processo de adaptação da família camponesa às transformações econômicas”.<sup>25</sup>

Para muitas unidades familiares agrícolas pós-anos 70, a terra e a agricultura, no âmbito da economia familiar, foram reduzidas em termos de importância econômica; em alguns casos, a primeira tornou-se apenas um pouco mais do que um apêndice da casa, podendo-se, por isso, falar num modelo industrial formado por populações de operários industriais de base rural.

<sup>23</sup> PUGLIESE, op., cit.

<sup>24</sup> CORNER, op., cit, p. 95.

<sup>25</sup> Idem, p. 96.

As pequenas indústrias do Vêneto e de outras regiões do norte/nordeste permitiram que os camponeses continuassem a ser camponeses, permanecessem rurais, de salvar os elementos fundamentais para a reprodução da unidade na terra, de permanecer com a família e de conseguir a independência, conseguir conservar-se diferente do proletariado urbano.<sup>26</sup>

A família camponesa teve uma parte importante na constituição do modelo de industrialização italiana do norte, modelo esse de pequenas empresas difusas no meio rural, assim como esse modelo alterou o quadro de organização, de opção, de convivência, de decisão de quantos, como e quando ter filhos. Porém, é bom que sempre tenhamos em mente, em adequação com a literatura revisada, que as trajetórias foram múltiplas; os processos, nos anos 70, redefiniram, romperam, mas também reproduziram processos culturais e históricos tanto do meio rural quanto da família e das práticas industriais correlacionadas com a terra.<sup>27</sup>

Uma parte da força de trabalho agrícola, migrando para os centros urbanos, abandonava, definitivamente, o lugar de origem e a precedente atividade econômica e iniciava, a seguir, o modelo de residência neolocal; uma outra parte avizinhava-se à indústria mantendo pouca ou nada de ligação com a terra e continuava a viver em família complexa. Constituiu-se, desse modo, uma intensa e dinâmica divisão interna do trabalho, ou seja, famílias convivendo com formas variadas de atividades internamente. Em locais onde predominava a indústria pesada, havia uma grande demanda de trabalho masculino; onde havia a predominância da indústria têxtil, havia uma maior necessidade de trabalhador feminino. Divisões e distinções emergiam, ainda, dentro de casa, com alterações internas nas relações familiares: famílias semi-agrícolas e semi-industriais; formavam-se microcosmos diversos internamente e na comunidade, fontes de rendimentos diversas, experiências de trabalho diferenciadas, modelos culturais e aspirações futuras não convergentes.<sup>28</sup>

Esse processo está bem presente nos tempos atuais em algumas famílias camponesas das regiões pluriativas que elencamos. A industrialização no e do meio rural, intensificada nos anos 70 no norte e nordeste, provocou processos de transformações profundas na família, de extensas e nucleares para complexa e, dessa, para formas variadas de coabitação.

---

<sup>26</sup> FABRIS, op., cit.

<sup>27</sup> SARACENO, E. Il part-time nell'agricoltura dei paesi occidentali: linee evolutive e strumenti di intervento. *La Questione Agraria*, n. 18, 1985.

<sup>28</sup> CORNER, op., cit.

## 2 TECNIFICAÇÃO E MAIOR RACIONALIDADE NAS AÇÕES DO MEIO RURAL E DO AGRÍCOLA: NOVAS EXIGÊNCIAS DO MERCADO EUROPEU A PARTIR DOS ANOS 80

Nos anos 80, com a intensificação do processo de tecnificação do meio rural, exigiu-se um perfil de produtor moderno, manifesto no domínio da técnica em uso, no cálculo sobre a atividade, na formação agrônoma, na contabilidade, no conhecimento dos custos de produção e nos índices de produtividade (hoje o computador, presente em muitas unidades de produção, faz isso), no domínio do conhecimento da ordem natural das coisas da natureza, dos movimentos de mercado, de preços, estoques etc., enfim, um agente de maximização de fatores da modernidade.<sup>29</sup>

As constantes tomadas de decisões sobre o capital a investir, sobre as técnicas a adotar, as sementes a plantar etc. expressam a racionalidade e a ligação profunda entre *técnica e sociedade* presentes no espaço agrário. A evolução das técnicas na agricultura (principalmente as mais modernas: biotecnologia, biogenética, informática, transgenética, engenharia de vegetais, ecológica....) revela a mobilização das forças sociais objetivadoras de fins produtivos e de reordenamento social.

Os camponeses talvez sejam os que mais vivenciam brutalmente os contrapontos e os paradoxos advindos da modernidade social e técnica inseridos na agricultura.<sup>30</sup> Os novos saberes, resultado da ciência moderna, propiciaram a emancipação do homem sobre a natureza; não há dúvidas de que a ciência e a técnica revolucionaram, no seio do corpo social, a cultura camponesa, artificializaram a natureza, fazendo as coisas não aparecerem mais como dons da natureza e, sim, como efeitos do controle de processos biotécnicos e bioquímicos.

O desemprego no meio rural, o abandono das terras, a falta de herdeiros em unidades familiares rurais, o rural-agrícola sendo tomado pelo rural-turismo, a tendência do meio rural agrícola de ter uma população envelhecida, a profissionalização do ofício de agricultor (sob a determinação do conhecimento técnico), entre outras já citadas, demonstram o choque engendrado pela disjunção entre sociedade e produção, espaço de uma estranha lógica entre técnica e natureza que tenta se generalizar. Os anos 80 intensificaram esse processo.

Vimos que, na região em questão, o rural apresenta uma abertura muito grande aos aspectos socioeconômicos que o novo mercado europeu vem exigindo, porém esse mesmo espaço otimiza práticas culturais muito antigas, empíricas, solidárias da ação e

<sup>29</sup> TRACY, M. L. *État et l'agriculture en Europe Occidentale: crises et réponse au cours d'un siècle*. Paris: Economica, 1986.

<sup>30</sup> BARTHEZ, A. *Família, travail et agriculture*. Paris: Edition Economica, 1982.

da existência histórico-cotidiana. Os queijos, os vinhos, as galinhas, os patos, os coelhos, as inúmeras variedades de conservas, eminentemente artesanais, refletem um conhecimento não menos real e fundamental de forma de vida e de ação *sobre* a natureza, na qual os processos complicados da técnica moderna pouco atuam; são elementos que requerem saberes especializados, sem dúvida, porém que tomam corpo com a totalidade da existência do camponês, mesmo servindo de referência mercantil para a unidade, de mediação da linguagem numérico-econômica e de possibilidade de lucros para intermediários do ramo do turismo rural e das formas de gastronomia e artesanato camponês e regionalizado tradicionais.<sup>31</sup>

Nesse cenário variado e mesclado entre tradições, racionalidades e modernidades, os debates sobre o meio rural, o pouco agrícola no rural, ganhou novos formatos teóricos na década de 80. Como vimos, em décadas anteriores, o grande debate sobre a agricultura na Itália dava-se em torno da sobrevivência camponesa com base na tese dualística, ou seja, na relação entre agricultura camponesa e a capitalista. No período posterior, a atenção das pesquisas sobre o meio rural concentrou-se na questão do chamado *part-time*, tomado, em algumas circunstâncias, como pluriatividade, primeiramente na atividade isolada de membros da família, comumente homens, posteriormente, sobre o conjunto da família.

Desse modo, as discussões sobre o dualismo, sobre os resquícios camponeses em meio ao horizonte capitalista, cedeu lugar, perdeu significação frente à articulação da unidade agrícola com empresas capitalistas localizadas, em grande parte, no meio rural. Ambas as unidades, segundo grande parte da literatura revisada dos anos 60 e 70, obedecem a uma mesma lógica de comportamento, ou seja, a lógica da subordinação da absorção da agricultura num mundo da racionalidade econômica e produtiva do capitalismo.<sup>32</sup>

É bom que se diga que a questão da pluriatividade no meio rural italiano, principalmente no norte/nordeste, regiões mais industrializadas e de confirmação de um modelo de desenvolvimento industrial com médias e pequenas empresas, é algo que se evidenciou com intensidade no pós-Segunda Grande Guerra. Contudo, sua adequação ao processo industrial e a complexidade para o horizonte da análise social e econômica que esse processo trouxe evidenciaram-se em décadas posteriores, principalmente pós-anos 80, com as novas estruturas de mercado no âmbito da necessidade do país de fazer parte do bloco da comunidade.

<sup>31</sup> TRACY, op., cit.

<sup>32</sup> Ver MONTRESOR, E. *Mobilità Del lavoro e innovazione tecnologiche nell'azienda contadina. La Questione Agraria*, 30, 1988, p 151-177.

Os anos 80 passaram a ser referência dessas novas realidades, relacionadas à desindustrialização dos grandes centros urbanos, o que evidenciou uma tendência de reversão do crescimento da industrialização dos grandes centros urbanos em direção ao meio rural ou a cidades menores (realidade essa experienciada no Brasil nos últimos anos), a desocupação urbana, os limites do desenvolvimento econômico baseado unicamente em alguns ramos industriais, a intensa valorização das terras pela alta demanda de setores extra-agrícolas pelo espaço, a finalização e consolidação de um modelo industrial e de organização fundiária que começou no pós-Grande Guerra, a diversificação de uma agricultura que recebia grandes somas de investimentos etc. Esse processo combinou-se com uma integração não mais transitória, mas estrutural, entre a agricultura e outros setores econômicos, dentre os quais, por excelência, a indústria no horizonte da Comunidade Econômica Européia e, atualmente, pela consolidação do mercado comum europeu como zona de livre comércio e de moeda única.<sup>33</sup>

Por um lado, esse processo assume um caráter positivo de dinamismo econômico e de absorção de mão-de-obra; por outro, vai se difundindo a necessidade de um fenômeno, antes invisível do ponto de vista social e da instância pública, que é a pluriatividade da família camponesa. A política agrária passa a contemplar essa nova relação. Financiamentos para a modernização técnica na agricultura tinham como objetivo a utilização maciça de máquinas e do uso da técnica química e da mecânica para propiciar o deslocamento de mão-de-obra das unidades camponesas para o meio industrial localizado, comumente, nas proximidades das unidades familiares, reduzindo, com isso, a necessidade da presença do tempo integral na agricultura e ampliando o referencial de ganhos.<sup>34</sup>

As fábricas de máquinas e implementos agrícolas tiveram um crescimento fantástico no período em questão. Autores relatam que os investimentos no setor a montante superou todos os outros somados. A opção por desenvolver a agricultura e promover um processo intersectorizado criou as condições para a pluriatividade no meio rural, em grande parte, provocado por políticas públicas. As indústrias produzem máquinas, principalmente direcionadas a unidades de dimensões pequenas e médias, os agricultores são favorecidos por incentivos culturais, exigências internas (de pouca mão-de-obra) e, principalmente, financeiras. Desse modo, todas as unidades, mesmo as pequenas, puderam se servir de inovações técnicas, não produzindo, com isso, diferenciações nem

---

<sup>33</sup> CORSI, op., cit.

<sup>34</sup> MONTRESOR, op., cit.

concentração fundiária, muito menos privilégios de políticas públicas apenas para um tipo de estrato produtivo mais alargado em termos de condições.<sup>35</sup>

Desse modo, especializações técnicas, de culturas (comumente inexistente nas unidades a dimensão monocultural) e de maquinismo favorecem para a promoção de produtividade e influência externa no meio agrícola, criando as condições de liberação de força de trabalho para setores, em geral, industriais.

### 3 A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR NO PROCESSO DE TRABALHO

Tanto a partir dos anos 80 como por toda a década de 1990, pelo que, empiricamente, alguma literatura revisada nos diz, a família continuou e segue sendo o centro das orientações e decisões do processo de trabalho, porém os formatos das alocações desse (como, onde e quanto tempo) ganharam dimensões com força das opções individuais, das estratificações e diferenciações entre membros, entre ganhos da agricultura e aquele dos espaços pluriativos. A própria unidade familiar passa a julgar necessário conciliar uma multiplicidade dos fluxos de ganhos familiares. No entanto, a composição variada dos ganhos familiares tende a reduzir e/ou redefinir o papel da família na composição da renda da unidade, aliás, não só da renda, mas de todo um processo cultural, de poder e de centralidade do estrato na organização do *ethos* camponês da região norte/nordeste.<sup>36</sup>

Vimos que a composição da família vai dizer muito na correlação entre o *part-time* e o *full-time*, bem como da possibilidade de envolvimento produtivo em atividades de altos ganhos e de alta produtividade, como é o caso das vinhas, de aviários, da produção de cerejas, óleo de oliva e de frutas, essas de alto grau de especialização (em alguns de seus processos) e de rentabilidade financeira, principalmentenas regiões da “Pianura Padana”. Análises demonstram que, em unidades camponesas mais tradicionais, de baixa especialização e de uso técnico, o ganho é mais reduzido, visto que nessas a presença de um alto grau de desativação das atividades é um fato real, bem como há uma grande tendência de inserção dos trabalhadores no horizonte industrial. A migração que segue de trabalhadores do centro-sul da Itália e de várias partes do mundo, inclusive a brasileira, para as regiões norte/nordeste evidencia muito esse processo.<sup>37</sup>

<sup>35</sup> Há uma produção acadêmica vasta nesse sentido. Indicamos algumas, as quais nos serviram de referência: SEBILLOTTE, M. *Les mondes de l'agriculture: une recherche pour demain*. Paris: Inra, 1996; SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989; TRACY, M., *L'État et l'agriculture en Europe Occidentale: crises et réponse au cours d'un siècle*. Paris: Economica, 1986.

<sup>36</sup> MONTRESOR, op., cit.

<sup>37</sup> Idem, p. 177.

Essa questão da redefinição da família no horizonte econômico e cultural induz à redefinição de novas abordagens, de novos parâmetros de análise, reconsiderando as transformações nos mecanismos de produção, distribuição, ganhos, as novas formas de organização do mercado e dos próprios agricultores (esses, em geral, por meio de pequenas cooperativas, associações de comércio de produtos etc.), da correlação entre capital e trabalho, da dimensão empreendedorista que é exigida do agricultor sob influência de instâncias cada vez mais externas (indústrias, recursos, exigências de mercado, preços, atração da força de trabalho em geral de jovens, dentre outras).<sup>38</sup>

Sabemos que, na Itália, as diferenças agrárias e agrícolas são muito fortes, tanto em termos de clima, de solos, como de estrutura agrária e fundiária, de cultivações, de emprego de mão-de-obra etc. Esse processo faz com que a mobilidade de força de trabalho familiar no território seja uma marca histórica e sociológica. Nesse sentido, a própria questão dos trabalhos pluriativos ganha performances variadas, multidimensionais em termos de atividades, ganhos, importância, necessidades... As áreas, por exemplo, mais periurbanas são mais vantajosas em termos de aplicação da mão-de-obra agrícola, as quais conservam estreitas relações com a campanha, como é o caso do Piemonte, da Lombardia e do Vêneto.

*A protoindustrialização italiana, a qual participam pequenos proprietários parcelares e assalariados agrícolas, produção para o uso não somente local e destinada ao mercado via comerciantes, as atividades protoindustriais com áreas agrícolas vizinhas, as quais favoreciam a especialização da produção agrícola em direção ao mercado... tudo isso tende a fazer crescer a indústria difusa, da pequena empresa e do empreendedorismo camponês e artesão, a qual distingue a economia da chamada "terza Itália". Durante essa fase da industrialização, na qual está em destaque a força de trabalho da agricultura, a família camponesa, porém, não tem na sua frente uma escolha entre duas ocupações e uma comparação entre ganhos alternativos, mas, sim, uma ocasião para ampliar e integrar rendimentos, ainda que sejam modestos. Não estamos de frente a uma pura e simples integração de rendimentos ocasionais, mas a uma estratégia que persegue novas oportunidades no momento em que a Itália se insere no mercado internacional da força de trabalho. Ocorre, portanto, valorizar caso por caso, e regiões por regiões, o problema do ciclo agrário e do tempo efetivamente disponível no extra-agrícola.*<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Ver uma excelente análise em SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Tese de Doutorado.

<sup>39</sup> BEGNASCO, A. *Tre Italie. La problematica dello sviluppo italiano*. Il Mulino: Bologna, 1977.



A grande característica dos anos 70 e 80 é a divisão da família como coletivo de trabalho, determinada, dentre outros processos, pela inovação tecnológica, a qual comporta estratégias individuais em relação ao trabalho extra-agrícola e tem aberto, de um lado, uma estrada em relação à dissociação progressiva entre família e unidade agrícola e, de outro, o fim da família alargada. Todavia, ainda quando existem formas consistentes de pluriatividade e a família torna-se uma combinação de pessoas, com empenhos diferentes e relativamente autônomos em termos profissionais, a unidade familiar agrícola permanece a unidade de referência nas análises socioeconômicas.<sup>40</sup>

Segundo Begnasco, o desenvolvimento da campanha foi, em todo o baixo Vale do Pó, a verdadeira, principal e freqüentemente exclusiva forma de pluriatividade que tem consentido a permanência de um amplo proletariado rural à margem das atividades agrícolas capitalistas com ordenamento cerealeiro. Trata-se de formas variadas e mutáveis de região por região (agrícola, extra-agrícola, artesanal, têxtil, emigrações...), também para várias faixas de população agrícola, em razão de muitos meses de desocupação durante o ano, principalmente no inverno.<sup>41</sup>

A pluriatividade familiar torna-se, então, uma condição normal, sem, inclusive, necessidade de migrar para espaços distantes. O norte/nordeste, nesse sentido, são espaços visíveis onde a agricultura se mistura, em termos de espaço geográfico, entre formas de produção e cultivos agrícolas e inúmeras indústrias, centros comerciais, no meio rural.<sup>42</sup>

O papel das mulheres é fundamental nesse processo, tanto no ciclo de vida familiar quanto da determinação da alocação da força de trabalho dos homens e delas mesmas e pela sobrevivência da unidade agrícola.

Para Montresor, não existe uma contradição e, por conseqüência, uma rígida separação entre tempo de trabalho, horários e sistema produtivo disciplinado, com o tempo familiar, com o comportamento vegetativo e ecológico da família e de seu desenvolvimento nos diversos estágios individuais e familiares. As mulheres apresentam uma possibilidade de flexibilidade de tempos de trabalho e de horários, seja em termos cotidianos, seja do próprio ciclo de desenvolvimento da família.<sup>43</sup>

Na unidade familiar, a mulher participa de atividades e de tempos de produção e de reprodução interna em razão das coincidências espaciais. Porém, a concorrência espaciotemporal das atividades e a dificuldade de programação daí resultante estão em

<sup>40</sup> MONTRESOR, E. Azienda-famiglia e donne in agricoltura. *La Questione Agraria*, n. 53, 1994. p. 34.

<sup>41</sup> BEGNASCO, op., cit.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Idem.

correlação direta e indireta com os sistemas de organização da unidade agrícola e com o papel de coadjuvante que determinadas esferas não são distinguidas quando se aborda o papel da mulher nesse processo.<sup>44</sup>

Segundo a autora, a pluriatividade pouco tem mudado no *status* cultural e social feminino. A mais ampla duração do trabalho das mulheres no cotidiano, frequentemente desigual em relação aos homens, não foi substituída no campo das diferentes atividades, as quais resultam na redução dos trabalhos de reprodução, porém mais frequente nos trabalhos de produção. Desse modo, o diversificado envolvimento das mulheres nas atividades da unidade agrícola se sobrepõe à rigidez daqueles familiares. Inclusive as mais recentes transformações que se fazem presentes no meio agrícola, caracterizadas por uma sempre maior integração no sistema econômico e no avanço da inovação, em nível mais geral, a mudança nos estilos de vida e de consumo alimentar não têm mudado muito a situação da mulher, ou, ao contrário, parecem acentuar sua reprodução.<sup>45</sup>

É interessante ter presente os objetivos da estratificação das unidades no campo do trabalho, mesmo os das classes sociais, do processo de integração entre áreas rurais e urbanas em relação ao mercado de trabalho, distinguir entre marginalidade da unidade familiar, o mercado parcial que abarca o horizonte camponês, a acessorialidade da atividade agrícola em relação à não agrícola em tempos atuais, a alternância laborativa de seus componentes entre as diversas atividades etc., como processos, dinâmicas e tendências que têm como centralidade a organização da família.

Alguns autores chegam a definir *part-time* em relação ao empenho laborial da família no seu complexo e na singularidade de seus componentes. É importante ver também as análises das características de exclusividade ou alternância entre atividade da unidade e extra-unidade da mão-de-obra familiar feminina e masculina, ao interno das unidades estratificadas com base à relação capital-trabalho e à produtividade dos ganhos.

Tendo presente a complexidade e a heterogeneidade das práticas pluriativas, a composição das rendas pode ser considerada um ótimo indicador das estratégias familiares que constituem o modo mais interessante de relacionar-se à heterogeneidade da agricultura.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> Idem, p. 38.

<sup>45</sup> Idem, p. 39.

<sup>46</sup> Ver sobre isso, KAISER, B. *La renaissance rurale*. Paris: A. Collin, 1989; MACKINNON, J. et al. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability. *Sociologia Ruralis*, Wisconsin, v. 30, n. 1, p. 59-71, 1991.

Tabela 1 - Percentual de unidades com menos de duzentos dias de trabalho/ano na unidade agrícola (Itália)

Anos	Unidades	Dias de trabalho
1970	61,7	17,8
1982	70,5	23,8
1990	77,0	27,9

Fonte: Istat, Censimento dell'agricoltura, 1991, p.81.

Muitas atividades extra-agrícolas apresentam-se no comércio, nas tarefas públicas (terceiro setor) e hotéis, porém o forte mesmo é a atividade industrial. A lógica do trabalho externo tende a responder a uma lógica unitária, mediando objetivos individuais na família. Logo, pluriatividade é a presença de elementos familiares que desenvolvem atividades extra-agrícolas, em acréscimo ou em alternativa à atividade agrícola.

#### 4 ASPECTOS CONJUNTURAIS DO MEIO RURAL DA EUROPA SOB AS NOVAS EXIGÊNCIAS DE MERCADO

De uma forma sintética, elencaremos alguns tópicos que estão em maior evidência nas análises que revisamos sobre o contexto da agricultura europeia em termos mais socioeconômicos, os quais têm nas regiões da Itália em questão sua expressão evidenciada.

Não há dúvidas de que a Europa Ocidental teve, pós-anos 60, no forte do chamado "Estado social" e nos seus trinta anos gloriosos, intensos ganhos de produtividade propiciados pela tecnologia aplicada à produção agrícola, em grande parte, com forte influência de agentes externos, seja na forma de crédito, seja de absorção de mercado a preços compensadores para os produtores. Esse processo não se deu sem provocar algumas transformações sociais, principalmente em termos de redução do emprego rural, de exclusão e diferenciações em termos espaciais e regionais, bem como de atividades e de ecossistemas naturais e sociais. Os setores não agrícolas passaram a oferecer espaços para trabalhos de camponeses com pouca ou nenhuma correlação com a agricultura.<sup>47</sup>

Países como França, Alemanha, Itália e Portugal tiveram seu emprego não agrícola intensamente acrescido nos anos 80 devido à inserção de setores industriais e de prestação de serviços no meio rural, criando vias alternativas de divisão do trabalho tanto no

<sup>47</sup>SCHNEIDER, op., cit.

espaço do mesmo quanto na esfera familiar. A agricultura passou a ganhar performance alterada em termos de identidade de atividade coletiva, tornando-se cada vez mais um espaço para poucas pessoas, quando não uma só.<sup>48</sup>

No meio rural da região do Vêneto (mais precisamente em Verona, Mantova e Padova), o que realmente nos impressionou foi essa característica, ou seja, em grande parte das unidades que visitamos e de que fomos informados era comum a presença de uma só pessoa nas atividades agrícolas, comumente pessoas com uma idade já avançada e que não são contempladas pelas demandas de outros setores pluriativos presentes no cenário. O que se evidencia é um certo auxílio de membros da família em tempos reduzidos em finais de semanas, ou no final do dia. Porém, é comum ouvir que a realidade é essa, ou seja, entre ficar na unidade agrícola e ter rendimentos reduzidos e períodos inverniais sem atividades remunerativas, é compensador adquirir máquinas para exercer atividades na agricultura, permitir com que apenas uma pessoa permaneça no controle das atividades e contar com auxílios aleatórios dos outros membros pluriativos da família. A presença de migrantes e imigrantes, remunerados de modo inferior à média nacional, também ameniza os custos e contribui para o favorecimento da opção em direção às atividades externas de membros da família.

Na França a população agrícola ativa caiu de 2,4 pessoas por propriedade rural em 1970 para 1,4 em 1993. A presença de esposas de agricultores que participavam diretamente na unidade caiu de 84% em 1970 para 60% em 1993. O crescimento das atividades individualizadas associa-se à pluriatividade. Em 1970, apenas 5,8% delas exerciam algum tipo de atividade fora da propriedade, mas em 1993 já eram mais de 50% as esposas com menos de 35 anos que trabalhavam em atividades não agrícolas.<sup>49</sup>

Análises demonstram que não só a população familiar envolvida com atividades agrícolas foi reduzida, como também a renda dos agricultores, em razão dos altos índices de produção e sua conseqüente baixa de preço, da retirada gradual do Estado em termos de vantagens financeiras, do aumento dos custos sociais (idosos, educação, infra-estrutura, modernização etc.).<sup>50</sup>

A compensação estratégica a esse processo apresenta-se com a pluriatividade e/ou rendimentos não agrícolas. Com isso, o rural apresenta um mercado de trabalho não agrícola induzido por fatores externos e internos, absorve a tendência da descentralização de atividades industriais e de serviços de áreas urbanas, oferecendo, com isso, pos-

---

<sup>48</sup> TRACY, op., cit.

<sup>49</sup> HERVIEU, B.; EIZNER, N. *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris: L'Harmattan, 1979..

<sup>50</sup> Ver SCNHEIDER, S., op., cit.

sibilidades de trabalho e de permanência para grandes contingentes de camponeses das unidades familiares.<sup>51</sup>

Nessa dimensão de redefinição, a agricultura não deixa de ser familiar, porém perde muito, para não dizer tudo, de sua dimensão camponesa, pelo envolvimento radical que possui com o horizonte da mercantilização do trabalho, dos recursos naturais, espaciais e temporais. O patrimônio familiar, em termos objetivos e culturais permanece centralizado na unidade, porém racionalizado em termos de funcionalidade mercantil e técnica, bem como nas intenções e desejos individualizantes e fragmentados em algum momento do estágio de vida da unidade ou de de seus membros.

A retirada de algumas e/ou de redução de vantagens creditícias, aliada à mundialização de mercados e da União Européia, fez com que muitas unidades familiares não pudessem acompanhar as novas exigências de mercado e de padronização em termos de produtividade, as quais se refletem nos preços, apelando para o abandono da atividade agrícola, ou, então, inserindo-se em políticas públicas de conservação das paisagens, de desenvolvimento de produção alternativa (agroecologia, artesanato, cuidados ambientais, flores, turismo etc.).<sup>52</sup>

Dados do final da década de 1990 indicam que houve um avanço significativo da presença de chefes de exploração das unidades familiares rurais da Comunidade Européia fora da atividade-mãe. Já se tornou lugar-comum no meio rural a possibilidade de rendimentos, não mais secundários, da unidade familiar não agrícola no meio rural ou no meio urbano, principalmente de jovens e, desses, grande parte de mulheres, o que reflete questões de gênero, redução do número de filhos, preponderância da presença masculina e envelhecida nas lides agrícolas, identificação essa ampliada ainda mais com o acervo técnico adequado às inúmeras atividades.<sup>53</sup>

Pareceu-nos comum nas nossas visitas em Verona, Vicenza e Mantova a colocação de que, ainda que habitando com a família no meio rural, alguns filhos não se consideram mais agricultores. Auxiliam, quando mais necessário, alguém que permaneceu na unidade, porém são e estão revestidos de uma auto-identificação de operários em razão da atividade exercida, de sua especialização e de seu estatuto jurídico, social e cultural,

<sup>51</sup> Ver análises consistentes nesse sentido em BAGNASCO, A. Le développement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (Dir.). *Quelles villes, pour quell développement?* Paris, PUF, 1996; GAROFOLI, G. Industrialização difusa e pequena empresa: o modelo italiano. *Ensaio FEE*, n. 14 (1): 49-75, Porto Alegre, 1993; OCDE. Organisation de Coopération et Développement Économiques. Indicateurs territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural. Paris, OCDE, 1996.

<sup>52</sup> Ver SCHNEIDER, op., cit.

<sup>53</sup> DE FILIPPIS, F.; MASTROSTEFANO, M. Analisi e prospettive della diffusione regionale dello sviluppo agricolo. *La Questione Agraria*, n. 18, 1985.

revelando, com isso, certa dissociação entre unidade familiar e trabalho/exploração agrícola.

Com a chegada das fábricas e empresas em geral, muito do referencial fundiário foi transformado com referenciais urbanos, seja no campo da infra-estrutura, seja no horizonte da linguagem, da vestimenta, da alimentação, da oferta de serviços (restaurantes, hotéis, cinema, escola, descentralização da administração local, oficinas...) enfim, alteraram-se modos de vida e de contatos interpessoais.<sup>54</sup>

Garofoli<sup>55</sup> afirma que houve uma redução significativa da população agrícola que atua na agricultura, porém aumentou o número de habitantes temporários ou não em determinadas regiões no meio rural em razão da presença de cidadãos, de migrantes de outras regiões inclusive do meio rural e, também, de imigrantes. A presença de estrangeiros no meio rural das regiões que já indicamos na Itália é um fato incontestado, principalmente em momentos de pico ou, então, em atividades que exigem presença constante, como é o caso do cuidado de aviários, de trabalhos em cantinas e em torno da atividade em parreirais, em sua confecção, em cuidados infra-estruturais e no período do cultivo da fruta.<sup>56</sup>

Esse processo se reflete no âmbito cultural, matrimonial, do gênero, da mudança tecnológica, da exigência da multifuncionalidade aliada a uma especialização, do crescimento na produtividade do trabalho, da substituição da perspectiva de futuro na agricultura por parte de filhos das unidades, refletindo nas questões de patrimônio e herança, na tendência à autonomização dos rendimentos e da canalização dos referenciais de consumo que promovem, das opções individualizadas em termos de trabalho, de saberes e de profissões, reduzindo significativamente o papel da família e da sua característica patriarcal em termos de poder, saber e presença cultural e histórica presente e futura.<sup>57</sup>

Não podemos esquecer que esse processo todo vem acompanhado e adaptado aos referenciais técnicos aplicados à agricultura. Ficamos impressionados com a quantidade de inovações técnicas aplicadas à cultura da uva, “tem máquina para todas as atividades nela”, disse-nos um brasileiro que trabalha em parreirais em Mantova. Ainda que a presença das máquinas venha a substituir, deliberadamente, elementos da unidade produtiva, percebe-se que aumenta no meio rural o índice de presença do trabalho assalariado em determinados cultivos e em estágios de seu ciclo.

<sup>54</sup> SACHS, op., cit.

<sup>55</sup> DE FILIPPIS, F; MASTROSTEFANO, M., op., cit.

<sup>56</sup> Algumas informações sobre brasileiros que atuam nessas áreas rurais encontram-se em nosso livro *Imigração e integração cultural: interfaces*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2003.

<sup>57</sup> Ver SCNHEIDER, S., op., cit.

Em razão dessas questões todas, polemiza-se hoje a importância do fator terra na reprodução da unidade familiar, dos conhecimentos, da história cultural da vida camponesa, de ser ou não mais um instrumental natural e social de trabalho, se congrega e articula ainda família com o trabalho identificado internamente, se nela é possível, ainda, falar operativamente em agricultura familiar, se sua operacionalidade é dependente da família ou da burocratização funcional externa que a induz e a orienta em termos empresariais, induzindo, motivando e produzindo individualidades internas, presença constante de estranhos a unidade (migrantes e imigrantes) e estranhos em si mesmos em termos de identificação funcional (são operários, são camponeses...?) e de sua mercantilização sob a égide de interesses particulares....<sup>58</sup>

Desde 1968, a Comunidade Econômica Européia explicita claramente as transformações pelas quais o meio rural deve passar: excluir as unidades econômicas não competitivas, elevar o tamanho médio das unidades, aumentar em torno de 7% ao ano sua produtividade, imprimir *políticas de estruturas* objetivadoras da modernização técnica, da racionalidade econômica e formação técnica, promover o êxodo rural e agrícola<sup>59</sup> dos menos eficientes, a disciplina técnica dos produtores e a concentração da oferta.<sup>60</sup>

O abastecimento garantido, as baixas possibilidades de exportação, ou num patamar inferior ao volume da produção, o índice crescente da produtividade e a pressão dos estoques sobre os ganhos dos produtores) fizeram com que se generalizasse uma crise de superprodução, principalmente para o caso francês.<sup>61</sup>

Caberia ao Estado administrar, organizar e patrocinar o êxodo agrícola e rural, o problema do subemprego da mão-de-obra no campo, as políticas e diretrizes correspondentes às necessidades do país, às exigências técnicas, às indenizações aos que resolvessem abandonar ou congelar as terras, à homogeneidade das rendas no setor, como tentativa de determinar *institucionalmente* o nível de renda dos agricultores. Essas e outras medidas dão o caráter das políticas de estruturas implementadas na CEE sob o comando do Estado.<sup>62</sup>

Nos últimos dez anos, as condições de desenvolvimento alteraram-se profundamente. A evolução das *condições de mercado* no âmbito da CEE, as medidas de restrições de crédito, os ganhos de produtividade e a inelasticidade do consumo alimentar, a

<sup>58</sup> BATISTA, F. O. op., cit.

<sup>59</sup> Êxodo agrícola e rural não podem ser confundidos: o primeiro diz respeito à retirada das atividades agrícolas; o segundo funda-se na saída da população do campo. Recentemente, na França, a população ligada às atividades agrícolas já não tem mais tanto peso numérico; as atividades de turismo, artesanato e lazer vão ganhando preponderância.

<sup>60</sup> CHAPIUS, R. *Les ruraux français*. Paris: Masson, 1986.

<sup>61</sup> ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

<sup>62</sup> Idem.

internacionalização de mercados etc. modificaram as condições de concorrência e o jogo de interesses em evidência até então.<sup>63</sup>

A agricultura individual parece se sobrepor em relação à familiar, não significando, porém, que predomine o trabalho assalariado.<sup>64</sup> A tendência, ao que nos parece, é reduzir ao máximo possível a população no campo, ou seja, produzir mais com menos gente. O motor de desenvolvimento agrícola fundado no crescimento da produção absorvida pela demanda, na reabsorção da mão-de-obra excedente no meio rural por outros setores da economia, na sustentação pública em termos de preços, investimentos e comercialização, dentre outros, está passando por um abalo contínuo.<sup>65</sup>

As formas de produção não obedecem mais ao projeto de exploração familiar modernizada; os pluriativos e os biprofissionais generalizam-se; os agricultores se integram a setores que se ajustam a suas necessidades.<sup>66</sup> Nessa conjuntura, as principais disposições que podemos aqui elencar prevêm reduções significativas nos preços subvencionados, com controle rígido sobre o produto ofertado, medidas agroambientais, redução dos preços dos produtos agrícolas, uso racional dos fatores de produção.

Não podemos esquecer as novas dinâmicas do setor industrial com a globalização e a neoliberalização que a sustentam, da passagem de um processo que tende a ser mais horizontal que vertical, agrupamentos de empresas, relações interindustriais que repousam sobre a difusão de técnicas genéricas para setores diferentes, rupturas com economias de escalas, novos métodos de gestão, de produção.<sup>67</sup>

A tendência à globalização da economia não transfere segurança e, muito menos, ameniza as incertezas no meio rural. Inúmeros movimentos de agricultores, expressos em manifestações de bloqueio de estradas, de não-colheita de produtos, de *invasões* de prédios públicos ligados à agricultura, de pressões junto às representações políticas se fazem presentes. Essas manifestações expressam a vulnerabilidade de um setor que se globaliza, que tudo indica que, aos poucos, *desestatiza-se* e que, ao mesmo tempo, por suas especificidades culturais, naturais, sociais e econômicas, conserva sua própria problematicidade.

Uma das projeções feitas por analistas indica que, das 9,7 milhões de pessoas em 1990 no meio rural da Europa, restarão ao redor de 5,9 milhões no ano 2000 e 3,1 milhões em 2020. O trabalho assalariado é particularmente freqüente para os jovens, principalmente para as mulheres; em torno de 40% das esposas exercem outras ativida-

<sup>63</sup> Idem.

<sup>64</sup> TRACY, op., cit.

<sup>65</sup> ABRAMOVAY, op., cit.

<sup>66</sup> SCHNEIDER, op., cit.

<sup>67</sup> SEBILLOTTE, M. *Les mondes de l'agriculture: une recherche pour demain*. Paris: Inra, 1996.



des em tempo parcial. Para o caso francês, e, acreditamos, não muito diferente em toda a Europa Ocidental, o baixo rendimento auferido com as explorações agrícolas e a manutenção da família e da produção familiar explica, pelo menos em parte, a busca de recursos no exterior.<sup>68</sup>

As informações de pesquisadores atestam um aumento intenso de casamentos de jovens agricultores com não-agricultoras, assim como o celibato se acentua: um terço dos exploradores entre trinta a quarenta anos eram, em 1995, celibatários, contra 18% em 1979.<sup>69</sup> O declínio do casamento não é compensado por uniões livres. Essa situação é ampliada também pela baixa fecundidade expressada no mundo agrícola.

Percebemos que, malgrado a redução do número de pessoas e do número de propriedades, o volume global da produção não diminuiu sensivelmente, o que caracteriza um ganho de produtividade considerável, conseqüência de novas técnicas. O progresso técnico, a pesquisa visando a melhores rendimentos, o financiamento público, entre outros, levaram a uma superprodução. A crise de superprodução e as deliberações estatais para saná-la estão atribuindo funções novas a determinados espaços agrícolas, desagrarizando-os, criando uma neo-ruralização, acabando com limites entre o rural e o urbano.<sup>70</sup>

Conseqüentemente, ampliaram-se as residências de cidadãos permanentes ou temporários, espaços turísticos e bucólicos são aparelhados e os espaços entre residência e local de trabalho são flexibilizados. O meio rural apresenta-se também como espaço de ócio e lazer pelas suas qualidades ambientais.

A desagrarização afeta o conjunto social dos espaços rurais levando a que se evidencie um deslocamento diário ou semanal de contingentes camponeses. A pluriatividade é expressiva também disso. Parte da população rural torna-se flutuante,<sup>71</sup> assim como o rural torna-se um espaço coabitado por uma população flutuante (fins de semana) e uma estacional. Lazer e trabalho, duas dimensões que se imbricam, dois processos que tematizam o novo e o velho se encontram, coexistem, trazendo inúmeros conflitos no âmbito da *identidade* dos indivíduos (camponeses), do espaço (rural/urbano, rural urbanizado, rural/não-produção agrícola...), de mobilidade das pessoas pelo rural.

É importante ver essa situação do *part-time* não unicamente identificada como precariedade técnica ou atraso econômico (como alguns fazem no Brasil), mas como estra-

<sup>68</sup> DELORD, B.; LACOMBE, P. Les agriculteurs dans la société. KAISER, B. (Org.). *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Colin, 1996.

<sup>69</sup> RATTIN, S. De la condition paysanne au métier d'agriculteur. *Agriste - Cahiers*, Paris, n. 9, p. 3- 13, oct. 1996.

<sup>70</sup> SERVOLIN, op. cit., Ver, também SCHNEIDER, op. cit.

<sup>71</sup> RUGAI BASTOS; É. A integração europeia e o problema da agricultura. *Idéias*, Campinas: Unicamp, ano 3, n. 1, jan./jun. 1996.

tégia de reprodução social e individual. O trabalho externo de camponeses também é expressão das transformações em curso na agricultura; é expressão de denúncia da subordinação da mulher no seio familiar e da questão do sexo como critério de divisão hierárquica entre produção e reprodução, empresa e família, trabalho e não-trabalho, aspectos esses reveladores de uma profunda complexidade na compreensão dos nexos sociais, econômicos e culturais presentes hoje nesse espaço.

Os desequilíbrios e conflitos acentuam-se ainda mais na medida em que algumas regiões se tornam mais dinâmicas que outras. Isso cria desajustes internos, o que, ao nosso ver, expressa uma não-homogeneização dos estilos e formas de vida, assim como uma desigualdade de oportunidades entre grupos e espaços sociais.

O *mundo rural* aparece, desse modo, como um mundo esfacelado, fragmentado, polarizado (agrário/paisagístico). No mesmo espaço agrário conjugam-se fatores, ações, símbolos, expressões culturais, concepções de espaço e de tempo; nele, temporalidades se cruzam e se complexificam.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAGNASCO, A. Le développement diffus: le modèle Italien. In: SACHS, I. (Dir.). *Quelles villes, pour quell développement?* Paris, PUF, 1996.
- . *Tre Italie: la problemática territoriale dello sviluppo italiano*. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BARBERIS, C. *Gli operai contadini*. Il Mulino, Bologna, 1970.
- BARTHEZ, A. *Familia, travail et agriculture*. Paris: Edition Economica, 1982.
- BATISTA, F. O. *Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul*, 1994. Texto para discussão.
- BÉTEILLE, R. *La crise rurale*. col. Que sais-je? Paris: PUF, 1994.
- BONNY, S. La standartisation technologique en agriculture. *Economie Appliquée*, tomo XLVI, n. 1, Grignon, 1994, p. 75-100.
- CARBONE, A. Trasformazioni strutturali e pluriattività nell'agricoltura italiana: nuovi spunti di ricerca. *La Questione Agrária*, n. 42, p.209-218, 1991.
- CAVAZZANI, A. *Il part-time agricola*. Marsilio, Venezia, 1979.
- CHAPUIS, R. *Les ruraux français*. Paris: Masson, 1986.
- CORNER, P. *Dall'agricoltura all'industria*. Milano, Unicopli, 1992.

- CORSI, A. La famiglia-azienda, il contesto economico ed i fattori determinanti del part-time. *Rivista di Economia Agraria*, 2, 1991.
- COURTET, C. et al. *Un point sur agriculture et société*. Paris: Inra, 1996.
- DE FILIPPIS, F. Il part-time nel dibattito sulla stratificazione aziendale dell'agricoltura italiana. *La Questione Agraria*, n. 18, p. 3-16, 1985.
- DE FILIPPIS, F.; MASTROSTEFANO, M. Analisi e prospettive della diffusione regionale dello sviluppo agricolo. *La Questione Agraria*, n. 18, p. 65-78, 1985.
- DELORD, B. e LACOMBE, P. Les agriculteurs dans la société. KAISER, B. (Org.). *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Colin, 1996.
- FABRIS, G. *Il "modelo veneto" nelle campagne padovane (1900-1980)*. Breve inchiesta sulla sua genesi e sviluppo. Padova: Federazione Italiana Volontari della Libertà di Padova, 1982.
- GAROFOLI, G. Industrialização difusa e pequena empresa: o modelo italiano. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 14 (1), p. 49-75, 1993.
- HERVIEU, B.; EIZNER, N. *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris: L'Harmattan, 1979.
- INSOR. *L'agricoltura italiana tra professionalità e part-time*. Milano: Franco Angeli, 1987.
- KAISER, B. *La renaissance rurale*. Paris: A. Collin, 1989.
- MACKINNON, J. et al. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability. *Sociologia Ruralis*, Wisconsin, v. 30, n. 1, p. 59 - 71, 1991.
- MONTRESOR, E. Azienda-famiglia e donne in agricoltura. *La Questione Agraria*, n. 53, p. 33-51, 1994.
- . Mobilità Del lavoro e innovazione tecnologiche nell'azienda contadina. *La Questione Agraria*, 30, p 151-177, 1988.
- OCDE. Organisation de Coopération et Développement Économiques. *Indicateurs territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural*. Paris, OCDE, 1996.
- PIERONI, O. *Agricoltura a tempo parziale*. Bologna: Mulino, 1979.
- PUGLIESE, E. Stratificazione sociale e part-time. *La Questione Agraria*, 18, p. 27-45, 1985.
- RATTIN, S. De la condition paysanne au métier d'agriculteur. *Agreste - Cahiers*, Paris, n. 9, p. 3- 13, oct. 1996.
- RUGAI BASTOS; É. A integração europeia e o problema da agricultura. *Idéias*, Campinas: Unicamp, ano 3, n. 1, p. 5 - 45, jan./jun. 1996.

SARACENO, E. Il part-time nell'agricoltura dei paesi occidentali: linee evolutive e strumenti di intervento. *La Questione Agraria*, n. 18, p. 47-64, 1985.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e pluriatividade*. Tese (Doutoramento) - UFRGS, Porto Alegre, 1999..

SEBILLOTTE, M. *Les mondes de l'agriculture: une recherche pour demain*. Paris: Inra, 1996.

SERVOLIN, C. *L'agriculture moderne*. Paris: Seuil, 1989.

TEDESCO, J. C. *Imigração e integração cultural: interfaces*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2003.

TRACY, M. *L'État et l'agriculture en Europe Occidentale: crises et réponse au cours d'un siècle*. Paris: Economica, 1986.

## SYNOPSIS

### *PLURIACTIVITY AND AGRICULTURE OF PARTIAL TIME IN NORTH/NORTH-EAST OF ITALY: PRELIMINARY CONSIDERATIONS*

*The text approaches some of the processes of the pluriactivity in the rural way of the area north/north-east of Italy, giving priority for the peasant's of that area historical, cultural and social subjects, as well as of its participation in the constitution and development of a characteristic industrial model of that area and under the new demands of market of the European Unit.*

*Kay-words: pluriactivity, italian model, family units, industrialization.*

## SINOPSIS

### *PLURIACTIVIDAD Y AGRICULTURA DE TIEMPO PARCIAL EN EL NORTE/ NORDESTE DE ITALIA: CONSIDERACIONES PRELIMINARES*

*El texto discute los aspectos cualitativos referentes a las practicas pluriactivas en el medio rural de las regiones norte y nordeste de Italia, espacio ese dinámico de expresión del modelo italiano de industrialización, bien como de una agricultura exponente que coexiste con actividades en tiempo parcial delas unidades familiares.*

*Palabras-clave: pluriactividad, modelo italiano, unidades familiares, industrialización.*